

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



A importância do Habeas-Corpus na Sociedade

Autor(res)

Narda Roberta Da Silva
Kelvin Da Silva Batista

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

O Habeas-Corpus é o primeiro remédio constitucional a ser criado no mundo e o primeiro a ser estabelecido na legislação brasileira, inserido no ano de 1832 no código criminal do império e introduzido na segunda constituição brasileira no ano de 1891, sendo ele gratuito, esteve presente em todas as constituições, com a exceção da primeira (CF-1824).

A origem do Habeas-Corpus no mundo se deu através da Magna-Carta "Carta de Direitos" assinada pelo rei João Sem Terra em 1215.

E atualmente presente na Constituição Federal de 1988 no Art 5º LXVIII: Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Objetivo

Ou seja, seu objetivo principal visa a proteção do direito de locomoção do indivíduo (Ir, vir e permanecer).

O HC tem diferentes características relevantes para a Sociedade, sendo ele de caráter Preventivo, Trancativo ou Repressivo, podendo ser de severa utilidade pública para que o réu consiga provar a sua inocência.

Material e Métodos

O Habeas-Corpus Preventivo, também chamado de "Salvo-conduto" serve para evitar que a coação ilegal da liberdade aconteça, sendo aplicável antes da violação do seu direito, por outro lado, temos o Habeas-Corpus Repressivo, sendo ele o caso mais comum nos tribunais, ajuizado quando a prisão já foi concedida ao indivíduo, sendo aplicado depois da violação do direito do cidadão, também o Habeas-Corpus Trancativo, utilizado para trancar ações penais e pode ser usado por exemplo para evitar quebra de sigilo para investigações policiais.

Resultados e Discussão

Portanto o Habeas-Corpus é de suma importância na sociedade e no meio jurídico pelo fato de ser uma ferramenta útil para evitar que o cidadão sofra danos corpóreos no sentido de ter sua liberdade restrita, para que o princípio da dignidade da pessoa humana não seja violado, preservando o princípio da presunção de inocência até o trânsito em julgado.

Existem algumas situações onde não cabe a sua impetração, tais como; Buscar a restituição de coisas apreendidas

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



exemplo: passaporte, questionar pena de multa, perda de patente militar, buscar direito de visita íntima e outros. Uma curiosidade sobre este recurso é que pode ser criado de forma manuscrita ou impressa.

Conclusão

Enfim podemos concluir que este remédio constitucional é uma ferramenta extremamente importante que é utilizada para a proteção da sociedade, para que não haja lesões do direito subjetivo de cada cidadão, o possibilitando o exercício do contraditório para sua defesa.

Referências

Professor: Aragonê Fernandes, Gran Cursos Online.

Site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT.

Constituição Federal 1988